

# ***Enfoque crítico - As categorias gerais e as “ciências humanas”: Da categoria de comunicação***

*Carlos Henrique de Escobar*

Se as ciências são, como discursos, ordens discursivas distintas dos discursos ideológicos – e dos artísticos, que não devemos incluir entre os discursos ideológicos e tampouco entre os discursos científicos – cabe pensar sua especificidade.

Desde logo é necessário reconhecer no *conceito* uma realidade própria, inconfundível – por exemplo, com a *noção*, típica unidade dos discursos ideológicos – que, tal como precisa Canguilhem, se caracterizaria por ser *um* lugar de “questões bem colocadas”. O que significa isso? Significa que os conceitos, articulados e sistematizados, regulam as questões, disciplinam seu movimento resolvendo-as – sem jamais desbordarem da teoria – em “conhecimento” desta ou daquela área do real.

Ou ainda, a teoria situa nela, em seus conceitos, num certo movimento metodológico – e num momento preciso da história particular de uma ciência particular – questões como *teoria*, que trocadas com dados e informações de conjuntura resultam em conhecimento produzido. Conceitos, articulação de conceitos, sistematização de conceitos, sempre abertos à história de uma ciência particular, permitem, neste espaço discursivo em corte (epistemológico) com os fenômenos empíricos, uma experimentação constante na forma de protocolos epistemológicos rigorosos de verificação.

Sem me demorar mais nisso, mas voltando sempre e quando necessário, cabe perguntar como este discurso, ao mesmo tempo estruturado e aberto a uma história própria pode, receber, sem repulsa ou auto-destruição, categorias de caráter ideológico evidente? Isto é, como, por exemplo, a física poderia – e sabidamente não pode – receber em seu interior conceitual categorias gerais (e ideológicas) como “natureza” e outras? Ora, a física, sua teoria, já dispõe de uma regulamentação própria que repele toda inversão *de fora* de categorias gerais, só permitindo seu remanejamento conceitual na suas práticas experimentais como história interna e dialética dos seus conceitos finitos e em transformação. É uma transformação que é preservação do seu núcleo teórico próprio, o que justamente nos leva a corrigir a ingênua afirmação de que a física clássica se distingue, à maneira de duas ciências, da física relativista. Na verdade o que houve e pode ocorrer em qualquer ciência é que muitas vezes o processo histórico de transformação conceitual pode ganhar a forma de uma refundição como explicaram Bachelard/Koyré/Canguilhem/Fichant/Pêcheux, etc. Aliás, Bachelard retorna muitas vezes sobre a história da física e de suas regiões (como a eletricidade, a química, o campo gravitacional, etc.) para mostrar o corpo-a-corpo entre teorias ideológicas na base da constituição destas ciências e do seu papel de *obstáculos epistemológicos*.

Assim como não devemos esquecer que as ciências são e existem como discursos específicos, devemos também lembrar que elas existem num constante e às vezes dramático conflito com teorias-ideológicas que aspiram subvertê-las e inutilizá-las. É por isso também que epistemólogos como Bachelard, Canguilhem, Cavailès, Koyré e outros procuram explicitar seja o corte epistemológico, seja o estatuto teórico de experimentação (à diferença da “experiência”), seja o *erro positivo* ou erro interior da teoria – por exemplo Michelson por respeito a Einstein – frente ao *erro negativo* ou tentativa de investir “ideologia” nos discursos das ciências.

Aliás, é bom que não se confunda o fato de as ciências se fazerem transformando aspectos ou dimensões (especificadas) de discursos ideológicos – por exemplo, a matéria prima da química na flogística e na alquimia ou da física galileana nas físicas medievais e numa experimentação renascentista não rigorosa, etc. – com *ideologias externas* que, muitas vezes por motivos político- ideológicos, tentam mutilar as ciências, controlá-las ou mantê-las estacionárias.

Em suma, este meio de trabalho teórico, aberto a sua dialética própria, sofre o assédio de um saber ideológico sempre e quando estas ciências

“novas” – mas também ciências “já provadas” – venham ameaçar, criticar, colocar em dúvida, posições ideológicas dominantes a respeito da “natureza” ou da “história” que, mal ou bem, respondiam a preocupações de reprodução das classes ou das “instituições” disto encarregadas.

As categorias gerais que são combatidas nos “começos” de uma ciência, pois além de excessivamente abrangentes resistem ao trabalho de articulação conceitual precisa, persistem no tempo histórico enquanto durarem suas “razões” ideológicas numa sociedade determinada. Ora, a categoria de natureza, por exemplo, que se pretende como verdade da “paisagem” histórica do mundo exterior (diferentes “paisagens” não apenas nas diferentes sociedades, mas nas classes, conforme estejam elas próximas ou distantes pelo trabalho e pela condição social do campo e de seus acidentes e aproveitamentos) se exige como categoria fixa e imóvel, à maneira de qualquer coisa certa, irremovível e indiscutível. Ideológica em sua acepção ela está excluída das ciências, seja da física ou de suas regiões teóricas. Mas retorna sempre, e não digo aqui apenas do seu retorno ideológico nos discursos ideológicos, o que é ademais compreensível, mas do seu retorno no pensamento científico, por exemplo, num tipo de classificação das ciências que se referem à física e suas regiões como “Ciências naturais” por oposição não menos aberrante a um outro tipo de discurso “científico” que se resolveu chamar de “espiritual”.

Nem existe a tal “natureza” para as ciências do continente físico, que jamais se referem a esta categoria, como também designar os discursos científicos sobre a história, o inconsciente e o efeito ideológico de “sujeito” de ciências “espirituais” é converter conceitos, suas articulações, seu nível específico de realidade abstrata, em emanção ou produto de um “espírito” que ninguém nunca viu ou verificou.

Assim se passa também com noções como a de “homem” ou de “humanidade”, originárias de filosofias humanistas que atravessam e controlam sorratamente quase todo o painel das chamadas “ciências humanas”, e que significam já na origem a incapacitação de fato destes discursos – pretensamente “científicos” – para as análises de conjuntura e conseqüente produção de conhecimento. Pois, como pretender de uma ciência que ela seja boa ou má, humana ou desumana, se tudo isso é tão somente valores que a envolvem na sua “existência” dentro da luta ideológica e política? Nós sabemos que se pode tirar diferentes usos políticos e ideológicos da física na história, mas nem por isso podemos chamá-la de humana ou desumana nela mesma como teoria.

Aliás, é bom que se diga, uma rigorosa análise epistemológica não apenas das famosas *classificações das ciências* – e até mesmo das divisões em unidades (ou institutos) isoladas e em áreas “humanas”, “bio-médicas”, etc., que a instituição do ensino promove – é urgente e inseparável das esperanças que diferentes intelectuais depositam no trabalho científico. E não apenas pela equivocidade das classificações, mas também e sobretudo porque quase todos estes discursos não existem cientificamente, são simulacros de ciências ou estão divididos e ameaçados internamente.

Acredito que, ao contrário do que muitos pensam, esta crítica epistemológica em profundidade nem sequer começou e quando processada se revelará outra coisa que um trabalho ocioso.

Estas categorias (generalizantes) ideológicas, tais como a “natureza”, “cultura”, “espiritual” e “comunicação”, entre outras, não chegam isoladas, elas existem em pares e cumprem funções ideológicas precisas. O par, bastante estudado, natureza/cultura que Lévi-Strauss, por exemplo, inicialmente validou no livro *Estruturas elementares do parentesco* (1949) e que mais tarde criticou (nos *Mitológicos*) serve de ilustração. De certa forma diferentes sociedades pertencentes a tipos variados de organização social utilizam este par categorial para se diferenciarem (seja da natureza, da animalidade, da barbárie ou dos “inimigos”) e se auto-prestigiarem (pretendendo para si as qualidades prováveis de cultura, de humanidade, de civilização e de comunidade). Há como se sabe toda uma literatura filosófica pensando esta oposição e creditando verdade e autenticidade a ela. Esta diferenciação mais do que uma verdade é um meio ideológico de se distinguir astuciosamente para aí justificar práticas de exploração material, de subordinação ideológica e política. Esta relação de assujeitamento pode ser tanto de uma sociedade a outra e de grupos sociais no interior de uma mesma sociedade ou até mesmo uma relação de depredação e colonização dos homens frente aos animais e à paisagem.

Os estudos hoje da ideologia, combinados com o estudo da história, seja na forma de análises do Estado e de seus aparelhos, seja na forma de análises dos comportamentos ditos divergentes (as psicoses, as perversões, a delinquência, etc.) ou na forma de estudos dos chamados subsistemas ideológicos (classes ou grupos sociais) mais os estudos de etologia e zoosemiologia (comunicação em sociedades animais) relativizam e inutilizam todo esse corolário de grandes pares categoriais diferenciadores. Aliás, não é fácil de esquecer que a história do

colonialismo europeu e não-europeu se fez com o suporte ideológico de categorias como “civilização”, “selvagem”, “racional” e “irracional”, “ocidental” e “oriental”, etc.

Por outro lado é necessário reconhecer que nesta crítica epistemológica às categorias gerais deve-se incluir, e inseparavelmente, uma crítica às chamadas “ciências humanas e sociais” que não só deixam-se gerir por estas mesmas categorias como ademais estão seriamente comprometidas com práticas ideológicas e políticas de subordinação e controle. Subordinação esta indistinguível do papel que elas têm de impedir que a ciência da história as substitua na tarefa de conhecimento a que se propõem. As instituições, e como tais articuladas com o Estado, cuidam do prevalecimento intelectual deste tipo de considerações, impondo uma situação de marginalização forçada às análises que fazem uso de outros meios que não aqueles legitimamente pelos preconceitos próprios a estas categorias.

É por isso que muito pouco se tem avançado nestas teorias ideológicas – senão na forma de imagens falsas – a respeito das classes e grupos sociais, do Estado, das contradições concernentes às relações de subordinação e de poder no interior das instituições, ou da língua, do inconsciente e do efeito ideológico de “sujeito”, etc.

Sabe-se hoje que esta crítica às ciências “humanas ou sociais” não deve-se descuidar também do esforço que estes mesmos discursos realizam, com auxílio de resíduos matemáticos e estatísticos, para simularem um campo de experimentação próprio. E isso é importante, pois a experimentação subentende a presença da teoria já que ela não é senão o seu desdobramento. Diferentes exemplos poderiam ser dados com esta ou aquela das “ciências humanas” que referendariam o todo dessa nossa crítica. A psicologia, para se referir a apenas um caso, não se sustenta apenas em suposições (físico-psicológicas, “sujeito”, interior-exterior, causas físicas, instâncias supostas, condicionamentos, etc.) isoladas para encaminhar “correntes psicológicas”, mas também práticas de inculcação e reparação ideológica de agentes sociais. Ela opera igualmente com quadros estatísticos dentro de uma concepção de medida espúria, isto é, não científica. Disso tudo decorre um painel de teorias-ideológicas frágeis que não suportam as críticas que hoje se dirigem a elas e mostram a que ponto a chamada “psicologia experimental” tem se revelado mais um outro capítulo da filosofia experimental que qualquer outra coisa. Da mesma forma como os chamados testes psicológicos são grosseiras correções ideológi-

cas impostas aos agentes sociais muito mais do que qualquer tipo de avaliação. Ou então, o que é o mesmo, uma avaliação tendenciosa, e portanto fundada em valores ideológicos e em objetivos de aproveitamento material e intelectual determinado do agente social.

Evidentemente é necessário sair de uma crítica excessivamente genérica das ciências “humanas e sociais” e se deter em áreas particulares destes discursos, ou ainda determinar dentro deles suas diferentes espécies e dirigir a cada uma críticas pormenorizadas. Críticas que procurarão mostrar como a sustentação ideológica destes discursos se realiza em categorias gerais e que denunciarão as formas empiristas de medida e muitas vezes também o caráter artificial da apropriação que muitos deles fazem de métodos concernentes a outras ciências. Particularmente métodos da física ou, mais recentemente, da lingüística.

Descaracterizadas teoricamente e suportadas pelas instituições e o Estado, estas “ciências” são o que são, isto é, práticas realizantes do sistema ou mais precisamente, medidas e técnicas de reprodução das classes e grupos sociais.

Ora nós sabemos que as sociedades não são organismos mas processos e que elas ao se reproduzirem se reproduzem diferentemente. O que significa dizer que em todos os níveis as contradições estão presentes, até mesmo nas “ciências humanas” como discursos estratégicos das instituições, ou nas instituições como trabalho de produção e reprodução ideológica. O que nos permite compreender que no interior das “ciências humanas e sociais” existam discursos em conflito assim como nos seios das instituições possam aparecer coisas como anti-psiquiatria, correntes filosóficas no interior da Escola que se digladiam, tendências divergentes no aparelho religioso, etc. O importante será observar o que nestas contradições aponta para uma reforma muito mais que para uma transformação significativa, tanto dos discursos quanto das instituições.

O que implica então que esta leitura crítica das “ciências humanas” e das instituições que as suportam, isto é, da coerência destes discursos estratégicos com as práticas que os suportam (tanto como das contradições não-antagônicas que entre eles exista) seja enriquecida pela presença da ciência da história. Presença ademais fundamental visto que a todo momento estamos falando de história, tanto no que diz respeito à articulação de discursos e práticas sociais, como no que concerne o papel das ideologias frente às ciências.

E quando reivindicamos a ciência da história como o nosso meio teórico junto à epistemologia-crítica queremos deixar bem claro que esta última não teria muito alcance crítico na ausência da primeira. Seja como for e no que nos interessa aqui, a ciência da história se reconhece um discurso conceitual que se apropria da realidade social em termos apenas teóricos e sempre relativos. E “relativos” porque toda ciência *conhece* por seus conceitos e num momento dado de seu desenvolvimento particular. Ademais esta ciência não se sustenta em nenhuma categoria geral, muito menos naquelas que como a de “natureza/cultura”, humanidade/animalidade, racional/irracional, civilizado/bárbaro, interior/exterior, etc. estão no centro de muitos discursos de conhecimento das “ciências humanas”.

Vejam os pois o que ocorre com a categoria de “comunicação”. Desde logo, tal como acontece com as outras categorias, ela dissolve todo um conjunto de diferenças na forma conciliadora de um suposto comportamento uniforme. Pretender de todos a “comunicação”, como na ciência política burguesa se diz de todos como “cidadãos”, é escamotear a prática diferenciada da comunicação social como na ciência política burguesa não situar os direitos e valores diferenciados que a categoria política de “cidadão” recobre historicamente. Assim, já neste enfoque empirista, a categoria de comunicação está pretendendo uma universalidade paralela àquela concernente à categoria de “sistema de língua” e então se mostrando incapaz de conferir à noção de comunicação toda a materialidade histórica que ela implica assim como o significado de conquista e perda histórico-política do exercício da comunicação por respeito aos setores sociais em luta. Isto é, se a categoria de comunicação é genérica ela é também um meio de escamotear as verdadeiras questões que a comunicação nos coloca ao impor uma “gramática” abstrata daquilo que a comunicação é como “instituição” articulada com o Estado – privada ou pública – e com os discursos ideológicos.

Vê-se pois que começo reivindicando para conteúdo desta categoria – e até mesmo no seu uso não rigoroso – todos os fenômenos que a atravessam no interior da história. No entanto sei que esta apropriação da história real pela teoria se dá no conceito e em dimensão relativamente autônoma. A relação entre as ciências e as contradições sociais – estas mesmas contradições a que uma teoria da história ou de suas regiões, se refere em plano teórico – necessita de uma política, de uma prática política, e isso jamais porque as ciências sejam algo sem importância para a

história, mas porque só interferem nela por mediações políticas e ao nível da luta social objetiva.

Mas voltemos ao tema da apropriação de métodos externos que estes discursos realizam (no caso aquele que alguns chamam de “ciência da comunicação”) e que são nascidos e produzidos tanto quanto exclusivos de suas ciências de origem. Refiro-me à utilização do método lingüístico pelos teóricos da comunicação e ademais de uma lingüística imobilista e fixista como é a lingüística estruturalista. Esta apropriação se deixa vaziar de toda uma nomenclatura dos discursos descritivistas da chamada “teoria da informação” que somados resultam numa gramática radicalmente simplista que passeia entre as noções de emissor/receptor/meio/ruído/fonte/etc., gramática que além de não capturar as regulações dos discursos em geral não consegue precisá-los como discursos particulares e como discursos posicionados nas contradições da história.

Enfim, o termo “comunicação” é no máximo a indicação (o indicador) de problemas de diferentes ordens que se atravessam e que dependem para sua análise tanto de uma articulação de todas estas dimensões quanto da determinação do peso dialético diferencial de uma por respeito à outra. Acharmos que a exclusão das questões históricas concernentes ao “sistema” que eventualmente perfazem certas linguagens resulta da tentativa de tornar estas questões inatistas ou metafísicas. E questões estas que não se limitam ao esquecimento intencional do “discurso” e num plano subordinado da “parole”, como questões próprias à problemática da “língua”, isto é, próprias à condição dos meios de trabalho (lingüísticos) dos discursos ideológicos. Mas que aprofundam quando ao recalcar a história – este núcleo de sentido e de articulação de todas as práticas – fazem do seu discurso (pretensamente científico) uma filosofia da verdade. As reflexões apocalípticas de Lévi-Strauss (na “Introdução” à *Antropologia Estrutural I*, no fim de *Tristes Tópicos*, em certas passagens dos *Mitológicos*, e na parte final do seu último volume) fazendo coincidir a forma do cérebro humano e a sintaxe do inconsciente vazio ou prognosticando nos fins dos tempos um encontro entre ciências físicas e humanas, crenças em uma ordem última e fundamental que regularia todos os discursos, isto é, todas as práticas, fica a um passo da certeza de uma ordem divina regulando tudo e todos. Ora, frente a isso, é urgente e fundamental empreender uma crítica a todos aqueles que desbordam os conceitos da história e procuram fundamentar todas as questões em ordens, substâncias, regras, seres, que escapam ao quadro dialético da história.



Da mesma forma um enfoque – aliás na mesma linha técnico-estruturalista – que afirma que os meios de comunicação (explicitamente de comunicação ou implicitamente de comunicação) são sistemas neutros que, como tais, não devem ser encarados no contexto das contradições, ou na mesma linha de reflexão o “economicismo” de certas interpretações da história, que afirma que mais que uma questão política a questão dos agentes sociais é uma questão de desenvolvimento econômico, estão igualmente se sobrepondo às contradições históricas, tanto ao autonomizar as técnicas de comunicação como ao desarticular forças produtivas de relações de produção, na análise das sociedades.

Isto tudo não deve ser desprezado porque nos leva a nos opor a todos aqueles que admitem os meios morfológicos como indiferentes ao corpo ideológico de todo discurso de língua ou pretendem neutralidade das formas de comunicação, como se elas não fizessem parte articulada com os termos de pregação, formação e reprodução ideológica.

Trata-se pois de um trabalho crítico-epistemológico que deve ser dirigido imediatamente contra as teorias da língua articulada e as teorias da comunicação que escamoteiam sua presença na história e sua realidade de suporte técnico-ideológico desses tipos de discurso. Este “trabalho” como tentamos demonstrar é inseparável de uma crítica mais ampla das chamadas “ciências humanas e sociais” e de toda uma nova proposição teórica que implica articular uma lingüística e uma reflexão não idealista da comunicação com a ciência da história.

A verdade porém é que esta crítica assim como esta nova proposição não passa de todo um quadro teórico difuso que hoje vai se esboçando ao lado e na medida em que as regiões teóricas desta ciência da história vão se caracterizando. Pensar os discursos de língua articulada e os meios de comunicação em sentido amplo (ou aparelhos de Estado) e os meios de comunicação propriamente ditos (ou aparelhos ideológicos de Estado deste ou daquele tipo de comunicação) como meios de trabalhos articulados com formas históricas de discursos ideológicos é redefinir o espaço de questões (os conceitos suportes desta reflexão) onde se situar estes estudos.

Isto significa articular os estudos da língua e da comunicação com os estudos da história e no momento mesmo onde já operamos todo um espaço crítico-epistemológico de base materialista que tem nas ciências – e não nas filosofias – o lugar onde o conhecimento se produz.

Duas observações ainda cabem aqui: 1. Estes meios técnico-formais são inseparáveis do propósito histórico dos valores e papéis ideológicos

que o discurso-instituição faz passar através de sua prática. O que significa dizer que não se poderia falar de meios de comunicação em geral (“comunicação”) e muito menos autônomos. É por esta articulação que eles são históricos e historicamente articulados; 2. Se as formas de comunicação histórica nos diversos aparelhos (ou instituições) estão articuladas com o papel do Estado na produção e reprodução social, cabe refletir um pouco mais a respeito de “ordens” tais como o inconsciente, a língua (a que já nos referimos) e as formas simbólicas. Estas ordens artificialmente sistematizadas e idealmente separadas da história não “existem” senão como produtos dos aparelhos encarregados de produção e reprodução da ideologia. O efeito de “sistema”, ou a imagem de sistema, decorre destas práticas sobretudo se elas persistem desconhecidas.

Ora, como se vê as questões teóricas são imensas e transcendem estritamente aquela que concerne a presença de categorias gerais no lugar de teorias articuladas com a ciência da história. Ou ainda estas questões se especificam em cada área de problemas concernentes à história, à ideologia, à política, etc., e devem constituir lutas teóricas sérias e prolongadas.